



# Principais pontos da segunda revisão financeira

No que diz respeito à situação orçamental da Madeira, Alberto João Jardim vai ter menos poderes a partir do próximo ano. A "troika vai retirar a gestão da dívida da Madeira ao presidente da Região Autónoma e vai obrigá-lo a introduzir portagens na ilha.

Na segunda revisão ao memorando de entendimento, a que a SIC teve acesso, as instâncias internacionais obrigam a Madeira e o Governo Português a apresentar o plano de ajustamento para a região autónoma até ao final deste mês, mas avisam já que o aumento de impostos e das tarifas dos serviços públicos é inevitável.

## Privatização da RTP e da Águas de Portugal não avançam em 2012

Quanto a privatizações, a RTP já não vai ser vendida no próximo ano, como chegou ser garantido pelo Governo. O memorando de entendimento diz agora que a privatização do canal do Estado, tal como da empresa Águas de Portugal, está a ser considerada e que só haverá decisões definitivas depois do processo de reestruturação.

Em 2012 avançam as privatizações da CP Cargo, TAP, ANA, CTT e do sector segurador da Caixa Geral de Depósitos.

## Governo vai apresentar até Março diploma que facilita despedimentos

O Governo vai até março submeter ao Parlamento um diploma que deverá possibilitar às empresas o despedimento individual do trabalhador por inadaptação e por não cumprimento dos objectivos acordados com o colaborador.

De acordo com a nova versão do memorando de entendimento, a que Lusa teve acesso, o despedimento passará a ser significativamente mais fácil, bastando que o trabalhador não cumpra os objectivos acordados com a empresa, não se adapte ao posto de trabalho ou exista um colaborador que a empresa considere mais bem colocado para o efeito.

De acordo com a nova versão do memorando de entendimento hoje divulgada, "devem tornar-se possíveis despedimentos individuais ligados à inadaptação do trabalhador, mesmo sem a introdução de novas tecnologias ou outras alterações para a posição que ocupa".

Ou seja, se o patrão entender que o trabalhador não cumpre um determinado objectivo específico para o bom desempenho das suas funções, pode ser despedido se a empresa assim o entender, sem que para isso contem a antiguidade no cargo ou a inclusão no quadro de uma empresa.

O memorando é claro e refere que "os despedimentos individuais ligados à inadaptação do trabalhador devem tornar-se possíveis", não devendo "os despedimentos individuais ligados à extinção de postos de trabalho seguir necessariamente uma ordem de antiguidade pré-definida se houver outro trabalhador capaz de desempenhar funções idênticas".

## Redução de 380 milhões na Educação com racionalização da rede e pessoal

A redução de custos na Educação, com o objectivo de poupar 380 milhões de euros, racionalizando a rede escolar e criando agrupamentos, diminuindo ao mesmo tempo as necessidades de pessoal, estão nas metas do memorando revisto



***O esforço para equilibrar as contas públicas no próximo ano vai ser maior que o esperado. A caminho estão já os 8 mil milhões de euros da terceira tranche do plano de ajuda a Portugal, mas o memorando de entendimento assinado com a "troika" sofreu alterações. A segunda revisão do memorando de entendimento do Programa de Assistência Económica e Financeira (PAEF) tornado público.***

da "troika".

Na primeira revisão, este valor era de 195 milhões de euros.

O documento aponta para uma centralização da oferta, redução e racionalização das transferências para as escolas privadas com contratos de associação e uma maior utilização de fundos comunitários para financiar actividades na área da Educação.

O texto diz que o Governo vai continuar a trabalhar para combater a baixa escolaridade e o abandono escolar precoce, melhorando a qualidade do ensino secundário, a via vocacional e a formação, com vista a aumentar a eficiência no sector, a qualidade do capital humano e a entrada no mercado de trabalho.

Para estes objectivos, o Governo vai estabelecer um sistema de análise, monitorização, avaliação e informação para apurar a evolução dos resultados e impactos das políticas de educação e formação, nomeadamente os planos já existentes.

As acções para melhorar a qualidade do ensino passam por generalizar acordos de confiança entre o Governo e as escolas públicas, no sentido de uma ampla autonomia, um quadro de financiamento simples, baseado em critérios de desempenho, evolução e prestação de contas.

Preconiza-se também para as escolas profissionais e particulares com contratos de associação um quadro claro de financiamento fixo por turma e mais incentivos ligados ao desempenho.

O reforço do papel de supervisão da Inspeção-Geral está igualmente previsto.

O Governo deve ainda apresentar um plano de acção destinado a assegurar a qualidade,

atractividade e relevância da educação no mercado de trabalho e formação profissional, através de parcerias com 60 empresas ou outros parceiros interessados.

## Governo terá de poupar quase o dobro com a saúde em 2012

O Governo terá de poupar quase o dobro nos custos com o sector da saúde que o estipulado na primeira revisão do memorando de entendimento com a "troika", passando assim de 550 para 1.000 milhões de euros.

De acordo com a segunda revisão do memorando de entendimento do Programa de Assistência Económica e Financeira (PAEF), o Governo fica agora obrigado a originar poupanças no sector da saúde em 2012 de mil milhões de euros.

A meta estipulada na primeira revisão do memorando estipulava uma poupança efectiva no sector da saúde de 550 milhões de euros.

## Taxas moderadoras vão permitir encaixe de 200 milhões de euros em dois anos

O Governo deverá encaixar 150 milhões de euros no próximo ano, com a alteração dos valores das taxas moderadoras.

A alteração dos valores a pagar em taxas moderadoras, cuja legislação deverá ser publicada até ao final do ano, deverá resultar num encaixe adicional de 150 milhões de euros em 2012 e de mais 50 milhões de euros em 2013.

De acordo com o mesmo documento, os custos com os subsistemas de saúde - ADSE, Forças Armadas e Polícias - vão sofrer um corte de 30 por cento no próximo ano e de 20 por cento em 2013, tornando-se financeiramente sustentável

em 2016.

"Os custos orçamentais destes subsistemas serão reduzidos, baixando a contribuição do empregador e ajustando o alcance dos benefícios de saúde", acrescenta o documento.

## Médicos dos centros de saúde têm de atender mais 20% de utentes

A "troika" quer aumentar pelo menos em 20 por cento o número de doentes por médico de família nos centros de saúde e em 10 por cento nas unidades de saúde familiar (USF).

O documento determina ainda um aumento do número de USF modelo B (pagamento consoante a produção) e a transferência de recursos humanos dos hospitais para os cuidados de saúde de primários.

O reforço do papel dos enfermeiros e de outros especialistas, bem como a criação de um mecanismo que garanta a presença de médicos de família nas zonas mais necessitadas do país, são outras medidas defendidas no documento.

Estas propostas surgem no âmbito da reorganização dos serviços de saúde, tendo em conta a concentração de serviços hospitalares e o desenvolvimento dos cuidados de saúde primários, com vista a reduzir idas desnecessárias a especialidades e às urgências.

## Organismos acumulam mais de 170 milhões em novas dívidas em atraso e violam meta

As dívidas atrasadas dos organismos das administrações públicas cresceram mais de 170 milhões de euros em Setembro, violando assim um dos critérios quantitativos estabelecidos pela "troika", algo já assumido pelo ministro das Finanças mas que não especificou o valor.

Agora, o aumento dos encargos assumidos e não pagos terão aumentado, o que viola o limite zero estabelecido nas metas quantitativas do acordo com a "troika".

"Apesar dos nossos esforços, o objectivo contínuo de não acumulação de dívidas domésticas foi violado em Setembro, levando o aumento total para mais de 170 milhões de euros desde o final de Agosto e o 'stock' para cerca de 3,2 por cento do PIB", diz o Governo no memorando.

O Governo diz ainda no documento que, para evitar a acumulação de dívidas atrasadas, o Orçamento do Estado para 2012 já inclui dotações "adequadas" para o sector da saúde, responsável por cerca de 40 por cento destas dívidas atrasadas.

O ministro das Finanças, Vítor Gaspar, já havia admitido que esta meta, do lado doméstico, não havia sido cumprido tendo ainda hoje indicado que o Governo pretende resolver isto com uma proposta de lei que irá aumentar o controlo e a capacidade de execução destes encargos.

Estipulado na proposta estará, segundo o ministro, que as entidades do Estado não poderão assumir compromissos financeiros com base em previsões de receita, mas apenas em receitas efectivas.

Nos casos em que serão admitidas estas novas assunções de compromissos com base em receitas, "as previsões admitidas serão de curto prazo e haverá mecanismos de correcção de erro", para que estes sejam controlados de forma

# são do memorando de assistência a Portugal

atempada caso sejam verificados desvios, disse o ministro perante os deputados da comissão parlamentar eventual que acompanha o cumprimento das medidas do Programa de Assistência Económica e Financeira.

## Governo vai "gerir a dívida" da Madeira, que pagará mais impostos e terá portagens

O Governo central tenciona passar a "controlar os compromissos [financeiros] e gerir a dívida" da Região Autónoma da Madeira, através de um acordo que implicará aumentos nos impostos madeirenses e a introdução de portagens.

No documento o Governo assinala que a Madeira constituiu "um peso significativo nas finanças públicas portuguesas" e descreve a sua intenção de chegar a um "acordo financeiro" com a Madeira, que incluirá "critérios quantitativos" em termos de "desempenho orçamental e reformas estruturais".

Como "pré-condição" para este acordo, o governo regional terá de apresentar uma "declaração" ("statement of affairs", no original em inglês), que será "analisada" pelas autoridades centrais e "enviada ao Tribunal de Contas".

Depois disso, o acordo entre o Governo e a Madeira terá de incluir vários pontos, entre os quais o aumento das receitas fiscais madeirenses.

Esse aumento será concretizado através de uma "significativa redução das diferenças em taxas para com o continente" no IRS, no IRC e no IVA. Para além disso, o Governo prevê "um ajustamento das tarifas dos serviços públicos" e a introdução de portagens em estradas.

O governo central irá também "gerir a dívida" da Madeira, e "reestruturar o sector empresarial do Estado" na região. As parcerias público-privadas na Madeira vão ser "avaliadas relativamente à legalidade dos contratos".

Negócio segurador da CGD será vendido em 2012 directamente a um comprador final

## O negócio segurador da Caixa Geral de Depósitos (CGD) será vendido em 2012 já a um comprador final.

Segundo o documento, até ao final de 2011, a CGD terá de atingir um rácio de capital "core tier 1" de 9 por cento (a medida mais exigente para avaliar a solvabilidade de um banco) "sem depender da venda do braço de seguros", cuja alienação deverá "acontecer em 2012 directamente a um comprador final".

Essa venda irá "contribuir para atingir as necessidades de capital adicionais" do próximo ano.

A primeira actualização do Memorando de Entendimento, em Setembro, dizia que o negócio segurador da CGD seria transferido para uma entidade no Estado antes de se proceder à sua privatização. No entanto, já em Novembro, o ministro das Finanças, Vítor Gaspar, afirmou que a venda da Caixa Seguros será feita "pela própria CGD", garantindo que a sua alienação não passaria pelo Tesouro.

A CGD (tal como os restantes bancos do sistema bancário nacional) tem de aumentar o rácio "core tier 1" de 9 para 10 por cento até final de 2012. No entanto, já até final de Junho, o banco tem de cumprir um rácio "core tier 1" de 9

por cento de acordo com as regras da Autoridade Bancária Europeia (EBA em inglês), uma operação exigente já que implica o reconhecimento da valorização a preços de mercado das exposições à dívida soberana.

O documento conhecido acrescenta ainda que se essas necessidades de financiamento não poderem "ser satisfeitas a partir de fontes internas do grupo", o reforço adicional da CGD virá de "capitais públicos", mas não do fundo de recapitalização de 12 mil milhões de euros apenas acessível aos bancos privados.

A EBA anunciou a 8 de Dezembro que a Caixa Geral de Depósitos (CGD) precisa de 1.834 milhões de euros para reforçar os seus níveis de capital para atingir os 9 por cento em Junho de 2012.

No final de Novembro, tinha sido conhecido o aumento pelo Estado português do capital social do banco público em 100 milhões de euros através da incorporação de reservas, um valor que ainda não estaria reconhecido nas contas da EBA.

De acordo com o comunicado enviado ao regulador do mercado, a CGD afirmou que a operação visava "o reforço e manutenção da solvabilidade e capitalização da CGD em níveis adequados, designadamente do rácio 'core tier 1' em base consolidada, ao mesmo tempo que consolida a solidez do banco, factor imprescindível para manter num patamar competitivo o custo de financiamento da sua actividade e consequentemente a respectiva rentabilidade".

O banco estatal apresentou no final do terceiro trimestre um rácio "core Tier 1" de 8,8 por cento.

Na sexta-feira passada ficou-se a conhecer os resultados das inspecções da "troika" à carteira de créditos dos oito principais bancos, sendo que na CGD foram encontradas imparidades de 153 milhões de euros em Junho. No entanto, este valor já foi coberto com uma provisão de 158 milhões de euros, ficando o banco com uma "fol-

ga" de cinco milhões de euros.

## Novo mapa judiciário conhecido em Janeiro e entregue na AR em Setembro

O projecto do novo mapa judiciário será apresentado em Janeiro, estando previsto que o projecto lei seja apreciado no Parlamento no fim de Setembro.

De acordo com a segunda revisão do memorando de entendimento da troika, o projecto do novo mapa judiciário será apresentado pelo Ministério da Justiça em finais de Janeiro devendo os parceiros judiciários dar o seu contributo para a proposta até ao fim de Maio para que a proposta de diploma dê entrada no Parlamento no final de Setembro.

A nova organização dos tribunais deverá ser desenhada com base em consultas aos parceiros judiciais, a juntar à experiência já adquirida com as três comarcas-piloto já implementadas (Grande Lisboa noroeste, Alentejo Litoral e Baixo Vouga).

No final de Outubro, a ministra Paula Teixeira da Cruz já tinha indicado a intenção de reduzir de 39 para 18 as comarcas do novo modelo.

O memorando garante ainda que a estrutura judicial será racionalizada e a eficácia dos processos judiciais melhorada e para isso será reduzido o número de comarcas, encerrados tribunais subutilizados e feita uma avaliação da gestão dos mesmos, nomeadamente a nível de pessoal (funcionários judiciais, procuradores do ministério Público e magistrados).

Está ainda prevista uma separação de câmaras dentro dos tribunais de comércio e alocação de recursos com base em dados quantitativos.

Em finais de Março, o Ministério da Justiça irá também apresentar ao Parlamento um projecto de lei para melhorar os tribunais arbitrais (Julgados de Paz), indica o documento assinado pelo governo português.

Entretanto, no mês passado foi criada uma

"task-force" para estabelecer as metas trimestrais para os vários sectores de justiça onde estão previstas alterações e preparar relatórios trimestrais sobre o processo de implementação, estando previsto o primeiro para Fevereiro.

Até ao final de Fevereiro está igualmente previsto melhorar a legislação das acções de execução (cobrança de dívidas), identificar quais as medidas necessárias para reduzir as pendências e aumentar a responsabilização dos agentes de execução.

Além disso, até Março de 2012 deverá estar operacional o mecanismo de supervisão e controlo (Câmara dos Solicitadores) da actividade dos agentes de execução.

Está igualmente previsto melhorar o Código de Processo Civil, cuja proposta de revisão já foi apresentada publicamente pela ministra da Justiça e cuja discussão pública deverá estar concluída no final de junho de 2012, sendo submetida ao Parlamento até final de Setembro do próximo ano.

O memorando de entendimento foi assinado em maio entre o Estado português, a Comissão Europeia, o Banco Central Europeu e o Fundo Monetário Internacional.

## Privatizações e extinção da Parpública em 2013

A Parpública, empresa gestora das participações públicas, começa a ser extinta em 2013, altura em que o Governo pretende ter concluída a maioria dos processos de privatização.

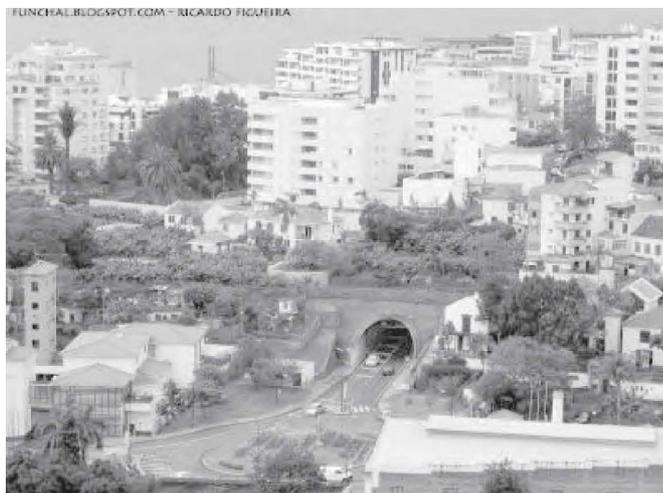
No capítulo das privatizações, o Governo adianta que a privatização da EDP e da REN está na fase final, devendo a alienação da participação pública na eléctrica, liderada por António Mexia, estar concluída em Janeiro de 2012 e, no caso da gestora da rede eléctrica, a transacção deverá acontecer "no início de 2012", diz o documento a que a Lusa teve acesso.

Entretanto, o Governo adianta que avançará com a venda da posição na Galp e da restante participação na REN, em mercado livre, o que "poderá ser adiado até as condições de mercado melhorarem".

Na segunda revisão do acordo com a "troika", o Governo manifesta a intenção de lançar a venda da CP Carga até meados de 2012, estando também a iniciar a privatização da ANA, companhia gestora dos aeroportos nacionais, e da TAP, cuja venda deverá estar concretizada no final de 2012.

Entretanto, no segundo semestre do próximo ano, o calendário do Governo prevê que seja lançada a privatização dos CTT com o objectivo de concluir a venda no início de 2013. "Temos ainda planos para a venda parcial da RTP e da Águas de Portugal bem como a alienação de concessões no transporte público de passageiros em Lisboa e no Porto, após a conclusão da reestruturação das empresas destas cidades.

Cumpridas os vários processos de privatizações, o Governo pretende ainda em 2013 começar a extinguir a Parpública, quando no anterior documento apenas referia que a empresa que gere as participações do Estado fosse "afectada pelas privatizações", o que levaria a reconsiderar o seu papel.



Na Madeira, Alberto João Jardim vai ter menos poderes a partir do próximo ano. A "troika" vai retirar a gestão da dívida da Madeira ao presidente da Região Autónoma e vai obrigá-lo a introduzir portagens na ilha.